

Porto Alegre e a mudança climática: abordagens do jornalismo local na construção da resiliência

Porto Alegre and climate change: approaches to local journalism in building resilience

Porto Alegre y el cambio climático: enfoques del periodismo local en la construcción de resiliencia

Eliege Maria FANTE

Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental UFRGS-CNPq, Brasil
gippcom@gmail.com

Cláudia Herte DE MORAES

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
chmoraes@gmail.com

Mathias LENGERT

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
mathias.lengert@gmail.com

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 144, agosto-noviembre 2020 (Sección Monográfico, pp. 109-124)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 10-06-2020 / Aprobado: 14-10-2020

Resumo

A Organização das Nações Unidas (ONU) destacou em 2019 que a população mundial vivendo em áreas urbanas chegou a 55% tendendo a crescer a 70% até 2050. Mas as cidades ainda carecem de políticas públicas de resiliência com objetivo de mitigar os efeitos e adaptar sua infraestrutura urbana diante da mudança climática (PBMC, 2016). Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (Brasil), já foi atingida por ciclones e inundações, estiagem e ondas de calor, entre outros efeitos. Considerando a importância da notícia devido à capacidade de nutrir a “ação política possível” e mobilizar as comunidades (Park, 2008), o artigo recorta uma análise de conteúdo qualitativa da circulação de informações pelos agentes públicos e jornais locais sobre a crise climática.

Palavras-chave: jornalismo, mudança climática, cidades, resiliência, mitigação, adaptação

Abstract

The United Nations (UN) highlighted in 2019 that the world population living in urban areas reached 55%, tending to grow at 70% by 2050. But cities still lack public resilience policies in order to mitigate the effects and adapt its urban infrastructure in the face of climate change (PBMC, 2016). Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul (Brazil), has already been hit by cyclones and floods, drought and heat waves, among other effects. Considering the importance of the news due to its capacity to nurture “possible political action” and mobilize communities (Park, 2008), the article outlines a qualitative content analysis of the circulation of information by public agents and local newspapers about the climate crisis.

Keywords: journalism, climate change, cities, resilience, mitigation, adaptation

Resumen

La Organización de las Naciones Unidas (ONU) destacó en 2019 que la población mundial que vive en áreas urbanas alcanzó el 55%, tendiendo a crecer al 70% para 2050. Pero las ciudades aún carecen de políticas públicas de resiliencia para mitigar los efectos y adecuar su infraestructura urbana ante el cambio climático (PBMC, 2016). Porto Alegre, capital de Rio Grande do Sul (Brasil), ya ha sido azotada por ciclones e inundaciones, sequías y olas de calor, entre otros efectos. Considerando la importancia de la noticia por su capacidad para nutrir “posibles acciones políticas” y movilizar comunidades (Park, 2008), el artículo plantea un análisis de contenido cualitativo de la circulación de información por agentes públicos y periódicos locales sobre la crisis climática.

Palabras clave: periodismo, cambio climático, ciudades, resiliencia, mitigación, adaptación

1. Introdução

O aumento do nível da certeza da pesquisa científica sobre a relação entre as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e as mudanças climáticas permite afirmar que as atividades produtivas humanas acentuaram o fenômeno (Machado Filho, 2007; McKibben, 1990; IPCC, 2013). Em 2019, a emergência climática foi declarada em artigo científico por um grupo de 11.250 cientistas de 153 diferentes países (Ripple et al., 2019). Este contexto foi agravado em 2020, quando o mundo se viu em meio à pandemia da COVID-19, que estabeleceu uma crise sanitária, somando-se às preocupações com a crise climática.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) destacou que a população mundial em áreas urbanas chegou a 55% tendendo a crescer até 70% até 2050. Com isso, o incremento em políticas públicas locais de mitigação e de adaptação, promovendo a resiliência em face ao aumento de temperaturas, da frequência de chuvas torrenciais e de eventos extremos, urge ser ampliado. (ONU, 2019). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 mostram que mais de 84% da população brasileira é habitante das cidades. (PNAD, 2015)

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é compreender como o jornalismo local fez a cobertura dos eventos extremos em Porto Alegre¹, capital do Rio Grande do Sul (Brasil), e como auxiliou a mobilização para a construção da resiliência da cidade². Para isso, buscamos informações que circularam entre julho de 2015 e junho de 2020 sobre a capacidade de adaptação e mitigação de Porto Alegre, em duas frentes: primeiro, nos Relatórios de Atividades publicados pela Prefeitura Municipal de 2015 a 2019; segundo na abordagem sobre essa capacidade em meios de comunicação locais. Foram analisadas publicações na versão digital dos jornais *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio* e *Extra Classe*. A metodologia utilizada foi Análise de Conteúdo, considerada pertinente para a compreensão de sentidos dos textos publicados nas notícias.

Discutimos inicialmente o contexto cidadão das mudanças climáticas e, na perspectiva teórica do Jornalismo, trazemos os pressupostos da importância da notícia relacionada a essa mobilização social (Park, 2008). Também associamos a expectativa da cobertura das informações locais de relevância por jornais locais (Peruzzo, 2005; Ekström; Johansson & Larsson, 2010). Após, apresentamos a metodologia e, na sequência, a discussão e os resultados.

2. Mudança climática, cidades e jornalismo

1 Cidade fundada em 1772, tem uma área de 496,684 km² e é 65% constituída por morros. O Lago Guaíba, cuja orla fluvial tem 72 km de extensão, possui 16 ilhas. A água que abastece a população de quase 1,5 milhão é coletada deste manancial que também é fonte hídrica para vários municípios da região metropolitana.

2 Ao referirmos cidade, neste texto, incluímos preocupações tanto do núcleo urbano como do espaço rural do município.

Considerado marco para a divulgação científica do aquecimento global, o IV Relatório do IPCC (2007) evidenciou a intensificação do efeito estufa pela ação humana e suas consequências, como o degelo no Polo Norte, furacões e enchentes. Outros destaques são os protocolos mundiais visando à redução de emissões de gases: Protocolo de Quioto (1997) e Acordo de Paris (2015). No ano de 2019, cientistas declararam emergência climática (Ripple et al., 2019), o que obteve repercussão global. A sociedade está vivenciando os impactos da mudança do clima e há um descontrole grave no uso de bens comuns que estão, em diversos locais, sob o poder de corporações transnacionais, o que amplia ainda mais a vulnerabilidade social e ambiental de grupos empobrecidos.

A preocupação com a ação local está consolidada no Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) que divulgou o relatório especial Mudança Climática e Cidades (2016), assinalando a expectativa de que as cidades busquem ações específicas e liderem a pressão junto aos governos nacionais para reduzir as emissões. Os impactos decorrentes da frequência e da intensificação das chuvas intensas e alagamentos demonstram a pouca adaptação à mudança do clima, o que tem causado perdas humanas, sociais e econômicas. Por isso, o apelo à urgência de políticas públicas de enfrentamento nas cidades. (PBMC, 2016).

A complexidade da mudança do clima é uma das principais dificuldades na abordagem jornalística. Por isso, Lakoff (2010) defende a elaboração de um discurso enquadrando a questão ambiental com valores, contando histórias com significado, abordando os contextos e preocupações do cotidiano para que os dados façam sentido.

Ao observar uma multiplicação de representações no discurso sobre a mudança do clima em mídias jornalísticas em diversos países entre as décadas de 1990 e 2010, Schäfer & Schlichting (2014, p. 153) citam que “a questão se tornou importante para os cidadãos” (Nisbet & Myers, 2007) e “tomadores de decisão” (Gupta, 2010).

Para Carvalho & Burgess (2005), a construção discursiva da mudança do clima na imprensa britânica no período de 1985 a 2003 esteve acoplada à discussão científica até o início de 1990, acompanhando o IPCC. Posteriormente, a popularização do discurso do desenvolvimento sustentável desestimulou os questionamentos da mídia sobre as políticas públicas britânicas. Já entre 1997 e 2003, a imprensa adotou uma estratégia interpretativa em função dos riscos climáticos.

Em pesquisa sobre a cobertura da Conferência das Partes (COP21) nas versões norte-americana, brasileira e francesa do *The Huffington Post*, o tom sensacionalista destacou-se nos títulos, tendo um enquadramento positivo as políticas de mitigação. (Del Vecchio et. al, 2017). Cardoso (2013) discute que ao perder força, o enquadramento científico entrou em cena nas negociações internacionais com fontes de autoridades políticas trazendo uma abordagem mais ajustada “[...] às práticas jornalísticas vigentes por proporcionar um

tratamento mais dramatizador e passível de personalização – característica dos valores-notícia empregados nos textos jornalísticos.” (Cardoso, 2013, p. 20).

Em pesquisa sobre a cobertura da Rio+20, Moraes (2015) refletiu sobre os enquadramentos discursivos das revistas semanais brasileiras – Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital, esmiuçando a racionalidade econômica hegemônica dominante na cobertura, que desconsidera os demais saberes e que busca encobrir a complexidade ambiental.

Analisando a cobertura das revistas Veja e IstoÉ sobre chuvas intensas em São Paulo e Rio de Janeiro, Moraes & Girardi (2011) observaram que mesmo criticando a inércia do Estado, os critérios noticiosos de atualidade e inesperado indicam a falta de planejamento das cidades apenas quando eventos são considerados trágicos. “Ao mesmo tempo, o jornalismo afasta de si sua responsabilidade social, que deveria ser atuar na direção de fornecer informações preventivas.” (Moraes & Girardi, 2011, p.13).

Em pesquisa sobre o jornal Gazeta do Povo (de Curitiba, Paraná), em relação às notícias sobre mudanças climáticas publicadas em 2013, Loose anota que jornalistas e fontes de informação “[...] demonstram dificuldades em tornar o assunto mais chamativo e não apenas ‘falar mais do mesmo’, em propor abordagens desvinculadas dos lançamentos de relatórios científicos ou da realização das COP, e trazer elementos preventivos.” (Loose, 2017, p.14).

Diante das dificuldades é preciso informação qualificada para realizar ações de adaptação e mitigação urgentes diante da crise climática devido à capacidade do Jornalismo de nutrir a “ação política possível” além de mobilizar as comunidades (Park, 2008).

Em se tratando de uma temática global não se excluem suas interferências no local, e vice-versa. No Jornalismo, esse processo marca a produção noticiosa, diluindo limites conceituais entre mídia regional, local e comunitária (Peruzzo, 2005, p. 74-75). As fronteiras de espaço, tornam-se muito menos geográficas, mas propiciadas por vínculos afetivos com a pertença a uma comunidade, de modo que “a mídia local se ancora na informação gerada dentro do território de pertença e de identidade em uma dada localidade ou região. Porém ela não é monolítica.”

Para isso, a proximidade é um valor noticioso empregado tanto para atrair públicos que possuem ligações ou interesses em certo local, como para dar forma a “mapas cognitivos para que os indivíduos possam entender sua própria comunidade” (Ekström et al., 2010, p. 257). Para os autores, o jornalismo em nível local se desenvolve em relação simbiótica por causa da intimidade de jornalistas com a própria comunidade, o convívio com as autoridades públicas, a proximidade com os leitores e, por fim, devido a identidade do jornal, que se promove como porta-voz de sua comunidade.

Essa simbiose entre Jornalismo e os atores sociais de uma localidade proporciona a assimilação maior das informações por parte dos indivíduos. A mídia de proximidade, defende Peruzzo (2005), está comprometida com

informações de qualidade, pois conhece as singularidades da vivência e os traços dos problemas sociais de determinado local.

Jornais locais impressos estão fechando no Rio Grande do Sul (Bones, 2020), o que evidencia uma resistência do formato em papel que finalmente migra para o digital ou deixa a atividade; restringindo ainda mais o acesso do público às informações devido dificuldades de acesso à internet ou acesso precário. Também o contexto da comunicação social brasileira se caracteriza pela vigência de um deserto de notícias (PROJOR, 2020) em diversos municípios e por uma tendência de conglomeração devido à aquisição de meios de comunicação locais por grandes grupos hegemônicos. O resultado é a crescente limitação da cobertura local de pautas de interesse dos habitantes. Quando o tema é ambiental, por exemplo, as questões como saneamento precário ou a sua falta dependem de decisão local e da realização de ações presenciais pelos moradores como manifestações, debates e audiências públicas junto às prefeituras.

Castilho (2020) salienta que a “ausência quase total da problematização de questões locais como água, esgoto, saúde, segurança, transporte e o desempenho de políticos e gestores municipais” dificulta a busca pelas soluções almejadas. A resposta, defende, está na prática do “jornalismo local, pois é sobre ele que recairá a responsabilidade de prover as pessoas com os dados e fatos que permitirão a elas tomar decisões sobre temas complexos”.

Em análise da crise da água na cidade de São Paulo, Martirani & Peres (2016) observam que a abordagem do tema no jornalismo ganha espaço na opinião pública a partir da mobilização de atores sociais e coletivos. A negligência na gestão da água por parte de empresas e o desconhecimento da população do abastecimento do recurso são contestados quando a crise hídrica na cidade de São Paulo expõe a fragilidade do sistema de saneamento básico frente às mudanças climáticas. É especialmente nos meios de comunicação alternativos, em detrimento das mídias hegemônicas, que o debate foi enriquecido de modo a apontar desigualdades, indicar omissões governamentais e aprofundar o debate.

Girardi & Steigleder (2019) analisaram o jornalismo de referência em Porto Alegre, em que os veículos ressaltaram as imagens de catástrofe e caos, com pouca percepção sobre o risco ambiental, com ausência de questionamento sobre a falta de estrutura da cidade para lidar com riscos e eventos extremos.

Em estudo sob a ótica do jornalismo ambiental da cobertura de eventos climáticos extremos nos jornais amazonenses *A Crítica* e *Diário do Amazonas*, Rodrigues & Costa (2015) indicam uma fragilidade nas notícias, de modo que estes meios não promoveram reflexões sobre as causas das estiagens e nem dos impactos das mudanças do clima.

Ao realizar a revisão bibliográfica sobre a relação do jornalismo local na abordagem da mudança climática, verificamos que há poucos trabalhos no Brasil que associam as duas escalas locais - do enfrentamento da crise e do jornalismo de proximidade. Desta forma, e entendendo que o impacto de eventos extremos

atinge diretamente os contextos locais, nosso estudo se voltou aos jornais que fazem a cobertura dos acontecimentos de Porto Alegre, conforme metodologia explicitada na próxima seção.

3. Metodologia e procedimentos

Temos como objetivo compreender como o jornalismo local fez a cobertura dos eventos extremos nos últimos cinco anos e como contribuiu para a construção de resiliência da cidade. O primeiro procedimento foi buscar uma aproximação da realidade municipal com a coleta de informações que circularam entre julho de 2015 e junho de 2020 sobre a capacidade de adaptação e mitigação de Porto Alegre, nos Relatórios de Atividades municipais e também nas notícias divulgadas pela Prefeitura. O segundo procedimento foi buscar essas mesmas informações nas notícias publicadas nos jornais locais e digitais (hegemônicos e não hegemônicos), que são: *Correio do Povo* (CP),³ *Jornal do Comércio*⁴ (JC) e *Extra Classe*⁵ (EC). Fizemos as buscas nas duas fases com três blocos de palavras-chaves: (1) enchente, inundação, ciclone, enxurrada, deslizamento, supercélula, supertempestade; (2) seca, estiagem, onda de calor, ilha de calor, temperaturas altas⁶; (3) resiliência, resiliente, sustentabilidade, sustentável, aquecimento global, mudança do clima, mudança climática. O terceiro procedimento consistiu na realização de uma análise de conteúdo dos dados coletados dos jornais, seguindo-se desta forma para a classificação em categorias sobre os modos pelos quais as informações circularam em face do objetivo da pesquisa. Adotamos as etapas propostas por Moraes (1999): preparação das informações, transformação do conteúdo em unidades, categorização e interpretação.

A coleta do material de análise compreendeu o período de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2020, totalizando cinco anos. Utilizamos buscas no endereço eletrônico de cada jornal, conforme as palavras-chaves anteriormente descritas nos três blocos. A coleta retornou 178 notícias, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Síntese da amostra por jornal e por bloco

-
- 3 O jornal *Correio do Povo* é tradicional em Porto Alegre, sendo considerado pela pesquisa como de conteúdo hegemônico. Fundado em 1895 teve publicação ininterrupta até novembro de 1984, retornando em maio de 1986. Desde 2007 pertence ao Grupo Record, junto à TV e Rádio Guaíba, sendo portanto filiado a um conglomerado nacional, um dos negócios da Igreja Universal do Reino de Deus.
 - 4 Autointitulado “o jornal de economia e negócios do RS”, *Jornal do Comércio* surge em 1933, sob nome de *Consultor do Commercio*, um periódico especializado em informações econômicas. É o jornal mais antigo de Porto Alegre em edições ininterruptas, bem como, um dos mais tradicionais da imprensa gaúcha.
 - 5 O *Extra Classe*, jornal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), surge em 1996 e possui vinculação à Central Única dos Trabalhadores e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino.
 - 6 Não aparecem nos Relatórios da Prefeitura ações neste âmbito, porém identificamos dois alertas da Defesa Civil de Porto Alegre nas notícias da Prefeitura. Também a coleta do corpus dos jornais identificou notícias sobre esta pauta. Contudo, por estes resultados terem sido minoritários, optamos por dedicar neste trabalho o espaço aos outros dois grupos.

	Bloco 1	Bloco 2	Bloco 3	Total por jornal
Correio do Povo	80	22	18	120
Jornal do Comércio	40	7	9	56
Extra Classe	-	-	2	2
Total por bloco	120	29	29	178

Fonte: os autores.

Neste trabalho, optamos por fazer a apresentação de um recorte da nossa pesquisa a partir das chuvas mais frequentes e intensas e eventos extremos - muito presente na cobertura dos jornais analisados, bem como os consequentes alagamentos e inundações terem exigido reações da prefeitura registradas nos relatórios de atividades. A seguir, apresentamos discussão e resultados das análises.

4. A circulação de informações sobre mudanças climáticas em Porto Alegre

Enquanto no país uma política sobre mudança do clima foi instituída em 2009 e no Rio Grande do Sul (RS) em 2010, Porto Alegre (RS) instituiu “a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia” em 2020 através da Lei Complementar 872 (PMPA, 2020a). Entretanto, houve o registro de ações para a constituição dessa política antes. Entre elas, a realização em 2013 do primeiro inventário de emissões de GEE (PMPA, 2014) e a publicação em 2015 do “Inventário de Emissões dos Gases de Efeito Estufa - GEE da Mobilidade Urbana na Região Central de Porto Alegre” (PMPA, 2015).

Buscamos as ações da Prefeitura de enfrentamento aos efeitos da mudança do clima nos cinco Relatórios de Atividades entre 2015 e 2019. Os documentos possuem uma diferença na associação das ações sobre eventos extremos ao que atribuímos aos dois mandatos de governos⁷. Assim, entre 2015 e 2017, as ações foram associadas à inovação e à resiliência e, entre 2018 e 2019, foram associadas à segurança. A palavra “clima” não apareceu nem “mudança climática” ou mesmo “aquecimento global”. Mas encontramos monitoramento da situação climatológica (2015c; 2016; 2017) e adição da previsão e informação climatológica ao Programa Cidade Mais Segura que promove ações preventivas e de alerta a riscos (2018b; 2019). Relacionado ao enfrentamento dos eventos extremos, vimos a atuação da Defesa Civil “em situações de anormalidade” para “[...] mitigar os efeitos danosos provocados pelo sinistro”. Além de mitigação, “resiliência” apareceu em 2018 e 2019 associada a criação do “Plano de Ação Aplicado para Emergências nas Áreas Classificadas como de Muito Alto Risco”

⁷ Prefeito José Fortunatti (PDT, 2013-2016) e Prefeito Nelson Marchezan (PSDB, 2017-2020).

e ao “Projeto Estruturação da Defesa Civil de Porto Alegre” do Projeto “Desafio Porto Alegre Resiliente”. (PMPA, 2019, p. 10; PMPA, 2018b, p. 13 e 18).

Constatamos que “mitigação” e “adaptação” não foram relacionadas ao clima e que as ações presentes nos cinco relatórios para minimizar os efeitos dos eventos extremos foram: ações de contenção ou proteção contra cheias para reduzir o impacto dos alagamentos (2019, 2018b, 2017, 2015c), ações de manejo das águas pluviais urbanas (2019, 2018b), ações no sistema de drenagem pluvial para evitar alagamentos, escoar águas pluviais, desassorear (2019, 2018b, 2017, 2015c), ações de dragagem e desassoreamento de arroios (2019, 2018b, 2017). A ação de drenagem, diretamente vinculada ao escoamento das águas das inundações, também apareceu em 2017 vinculada ao Programa Integrado Socioambiental (PISA), responsável pela ampliação do tratamento de esgoto do município de 27% para 77%.

O Relatório de 2016, ano do evento extremo de 29 de janeiro⁸, foi o único que contemplou mais palavras-chaves, como: “ações para tornar a cidade referência e modelo em resiliência, preparando a cidade para ter capacidade de enfrentar as crises e se recuperar frente aos desastres” (p. 51), construção do Plano de Resiliência e capacitação de 17 redes regionais de resiliência de Porto Alegre (p. 247), ações de aluguel social para pessoas vulneráveis a situações de risco e calamidade como enchentes (2016, p. 198; 2015c, p. 166), doações aos “atingidos por desastres, calamidades e catástrofes” (p. 242).

Ao mesmo tempo em que a mudança do clima não apareceu junto às ações nos Relatórios de Atividades dos mandatos dos dois governos do período, a comunicação da prefeitura divulgou atividades, como a oficina sobre enfrentamento da mudança do clima (WRI Brasil, 2015). E uma notícia sobre a Marcha Gaúcha pelo Clima promovida pela prefeitura e parceiros (PMPA, 2015b). Encontramos cobertura em 2016 e o retorno apenas em 2020: “[...] não há dúvida de que as soluções para a mitigação das mudanças climáticas passa pelos municípios. [...]”⁹ Entretanto, durante esse intervalo na cobertura, notícia de 2018 abordou, em relação aos eventos extremos, a necessidade “de bilhões de reais para resolver” problemas antigos no sistema de drenagem municipal como os equipamentos dos anos 1960 (PMPA, 2018).

A circulação das informações anteriormente descritas evidenciam a presença dos eventos extremos em Porto Alegre e a insuficiência na capacidade de enfrentar os efeitos da mudança do clima. Em acordo com o nosso objetivo de compreender como o jornalismo local fez esta cobertura e como contribuiu para a construção de resiliência da cidade, instituímos quatro categorias a partir

8 Chamado por cientistas de tornado, tempestade violenta, supercélula de tempestade e downburst. As chuvas nos dias seguintes ampliaram os danos em Porto Alegre e a devastação em nove bairros. Ventos de 120 km/h provocaram quedas de árvores, obstruções em ruas, parques, praças, estragos na rede elétrica deixando usuários sem energia por dias. Mais de duas mil pessoas trabalharam numa força-tarefa por seis meses para restaurar a cidade e 21 mil toneladas de entulhos foram recolhidas.

9 Durante realização do “Webinar Planejamento Urbano e Mudanças Climáticas” no Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho. Demais participantes também relacionaram as ações ao local.

da nossa observação e reflexão sobre os dados organizados pela pesquisa. Por isso, na sequência, trataremos dos resultados da circulação das informações nos jornais locais, por meio das categorias analíticas: Fatalidade, Desarticulação, Imediatidade e Disjunção.

4.1 Categoria Fatalidade

Na categoria Fatalidade, a perspectiva é de construção da notícia de maneira simplificada, na qual constam dados que trazem o efeito de verdade que não exigiria questionamentos diante de eventos climáticos. As fontes são da defesa civil municipal e meteorologistas que prestaram serviços. As notícias nesta abordagem sugerem uma ordem: alerta ou relato da chuva excessiva, comparação com outros períodos, dados pluviométricos e número de atingidos com rara escuta dos mesmos. Por isso, dada a frequência desses acontecimentos e o acúmulo de dados e informações, supomos que as respostas da Prefeitura quanto ao andamento do plano para enfrentar os eventos extremos já poderiam ser incluídas nas notícias.

Para exemplificar, apresentamos alguns trechos de notícias encontradas com essa visão, como a matéria de 16 de julho de 2015 do jornal CP, que traz alerta da Defesa Civil com o aumento de dois metros do nível do Lago Guaíba na noite anterior, com pontos de alagamento nas ilhas. Prefeitura indica a saída de 500 famílias da encosta. Título “Porto Alegre entra em alerta” e trecho: “A elevação do nível dependerá do vento. Caso ele sopre para o Sul, a água da Lagoa dos Patos desce para a Região Metropolitana com maior intensidade”.

No JC, a matéria intitulada “Cenário de bombardeio em Porto Alegre evidenciou prejuízos”, do dia 31 de janeiro de 2016, dramatiza o que teria sido uma resposta beligerante da natureza através da supercélula no trecho: “a região central de Porto Alegre amanheceu, no sábado, com um cenário de cidade bombardeada. Os destroços [...] evidenciavam os prejuízos para empresas e moradores”. A matéria não salientou informações de indivíduos afetados ou das ações da Prefeitura.

4.2 Categoria Desarticulação

Nesta categoria encontramos a falta de acompanhamento da pauta com coerência diante dos dados e conhecimento acumulado sobre os eventos extremos em Porto Alegre e os respectivos impactos ambientais e sociais bem como à possibilidade de relacionar com e/ou cobrar por ações específicas de enfrentamento às mudanças climáticas. A Defesa Civil de Porto Alegre fez 14 alertas sobre fortes chuvas, ciclone e tempestade¹⁰ dos quais extraímos as

¹⁰ Consideramos apenas aqueles relacionados às chuvas por terem sido o maior número e tido descrições. Contudo, houve alertas de índice extremo de radiação ultravioleta, temperaturas altas e ondas de calor, por exemplo, no período.

seguintes características: rajadas de vento entre 60 e 100 quilômetros por hora; aconteceram à noite, madrugada e manhã; acumularam volumes de chuva entre 45 milímetros e 100 milímetros por dia; causaram corte da energia elétrica, queda de árvores e dezenas de pontos de alagamentos; houve o registro de 14 horas de chuva contínua, de 15 milímetros acumulados em apenas meia hora em alguns bairros, e de 16 horas de chuva onde os bairros registraram mais da metade da média histórica do mês.

Percebemos dois principais eixos nas notícias identificadas na Desarticulação: a) não problematização de ações da gestão urbana de adaptação e mitigação planejadas ou não e o porquê, indo além da abordagem da manutenção de drenagem pluvial, da rede de esgoto sanitário, da dragagem e desassoreamento dos arroios, da limpeza urbana e destinação correta dos resíduos; b) aceitação de uma possível volta à normalidade de antes da incidência dos eventos extremos como se já não tivesse sido detectado o aumento da sua frequência e intensidade.

Como consequência, consideramos precária a informação levada ao público devido ausência de elementos importantes no auxílio à compreensão para mobilizar o debate público. Exemplo disso é a notícia “Chuva forte causa novos transtornos em Porto Alegre” do JC, 04 de fevereiro de 2016, que discorre sobre uma inundação que pode ter sido um resultado de múltiplas causas como do excesso de impermeabilização das ruas com o asfalto, impedindo a infiltração no solo: “Há pontos de alagamento em diversos trechos da cidade, parte deles em decorrência da sujeira acumulada nas ruas [...]. Galhos e troncos de árvores que ainda não foram recolhidos agravam o alagamento.” Ao mesmo tempo, a notícia poderia ter desenvolvido a discussão sobre a confirmada obsolescência do sistema de drenagem e da falta de planejamento de longo prazo e, assim, compreender a parca responsabilidade do poder público com os cidadãos, que como indicado na matéria, ficaram ilhados.

No CP, a reportagem “Cicatrizes deixadas pela força da natureza”, 28 de março de 2016, trata dos “fenômenos extremos” com destaque ao ciclone de 29 de janeiro. Traz exemplos de locais modificados pela queda das árvores e outros em que o verde começava a ser recuperado. O trecho a seguir mostra a desarticulação em relação às políticas públicas e uma aceitação dos efeitos dos eventos extremos: “[...] É um processo natural de recuperação, mesmo que as suas cicatrizes ainda estejam visíveis.”

4.3 Categoria Imediatidade

A categoria da Imediatidade caracteriza-se por ressaltar os elementos desfavoráveis aos moradores da cidade logo após os eventos extremos. São matérias com foco nos estragos e problemas imediatos como o trânsito interrompido por queda de árvores ou congestionado por falha nos semáforos.

A cobrança em relação aos serviços públicos é feita nesta relação imediatista em que após uma tempestade, as ruas precisam ser liberadas para o tráfego prosseguir.

O planejamento de médio e longo prazo, pressuposto da construção da resiliência para o enfrentamento das mudanças climáticas não é trazido à tona. Discutir a relação entre o aumento populacional, o consumo e a pegada ambiental indicaria uma visão mais a longo prazo do que somente apontar os locais em que o lixo se acumula após uma enchente. Além de uma cobertura sequencial desdobrando e aprofundando as relações das causas com os efeitos.

Nesta categoria identificamos notícias com a ênfase no caos, no trauma, numa inevitabilidade da minimização *a priori* dos impactos do fenômeno natural e com reação possível somente após o acontecimento, o que distrai o foco do público da reflexão necessária sobre ações de precaução e planejamento de longo prazo.

No JC, um exemplo é a reportagem “Tragédia no Morro da Cruz é resultado de anos de omissão”, 09 de junho de 2017, que acompanhou o desenlace trágico de um deslizamento e da procura do corpo de uma vítima. JC não hesita em responsabilizar a prefeitura do ocorrido, já que “o cenário no Morro da Cruz, na zona Leste de Porto Alegre, é de omissão completa por parte do poder público. Não de um ano ou dois, mas, provavelmente, de décadas”. A matéria relata e compartilha da indignação dos moradores com a situação, contudo, os riscos de deslizamento no local e em outros da cidade não foram tratados em outra notícia do JC durante o período coletado, o que nos sugere um interesse momentâneo sobre o acontecimento caracterizado também pelas limitações de planejamento urbano e de regularização fundiária.

Por que há tantos moradores em áreas de risco? Por que somente nas cheias a prefeitura busca tomar pé da situação nas ilhas? Já no jornal CP, houve o registro de algum descontentamento ou reclamação como na matéria sobre a apresentação do Programa de Metas para Porto Alegre, em 4 de maio de 2017, em que descreve várias manifestações, entre elas da representante das Ilhas sobre falta de projetos para resolver problemas decorrentes das enchentes.

4.4 Categoria Disjunção

Nesta categoria, a abordagem das notícias incluiu o termo mudança climática ou resiliência de modo restrito, ou seja, em separado da cobertura dos eventos extremos. Essa inclusão foi feita nas notícias sobre seminários e reuniões, porém a explicação conceitual é sintética. Também há disjunção das escalas do problema global ao local, não fazendo-se a relação entre os problemas já enfrentados pela cidade, e os desafios para construir a resiliência para o futuro - com o fenômeno das mudanças climáticas, as quais potencializam os danos dos eventos extremos.

Nas notícias sobre o programa da Prefeitura, por exemplo, expõe que o mesmo tem objetivo de preparar a cidade para atuar em melhores condições diante de adversidades (sejam naturais ou sociais). Questões mais complexas são deixadas de lado. Em notícia do Jornal do Comércio, de 25 de janeiro de 2016, a apresentação da Estratégia de Resiliência de Porto Alegre, dispõe de um ineditismo do projeto como evidenciado a seguir: “Essa reforma contribuirá para uma cultura da paz. Queremos fortalecer a vida e diminuir a violência”, explica o secretário”. Embora indique a existência de 35 iniciativas, o JC centra-se apenas em propostas para as quais haveria retorno econômico, reduzindo assim a questão às lógicas de mercado.

No Extra Classe, reportagem sobre o evento Programa Cidades Sustentáveis, de 25 de janeiro de 2020, debateu a gestão das mudanças climáticas em nível municipal, apontando a queda de Porto Alegre nos indicadores socioambientais. Embora a matéria tenha a inclusão da sustentabilidade na gestão urbana, não foram tratadas ações concretas de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas vislumbrando a vida com qualidade nas cidades.

Um exemplo da Disjunção está na publicação no CP de uma entrevista especial com o climatologista da UFRGS, Francisco Aquino. No texto de junho de 2016, o pesquisador associou as mudanças climáticas globais aos efeitos locais da supercélula de janeiro do mesmo ano. Embora essa entrevista tenha tratado de forma aprofundada a questão, no cotidiano da cobertura do CP e em outras matérias sobre ciclones e chuvas intensas, não constatamos esta preocupação.

Analisamos as categorias Fatalidade, Desarticulação, Imediatidade e Disjunção e visualizamos o conjunto de abordagens das notícias, que geraram pouca abertura ao debate público, o que dificulta reflexão e mobilização sobre os efeitos da mudança do clima e as ações possíveis de mitigação e adaptação. Desta maneira, constatamos a vigência de um efeito de Desfocagem: ao mesmo tempo em que retira o papel de responsabilidade fundamental do poder público, modificando-se o ponto de atenção, apresenta um contexto ainda mais confuso ao leitor, no qual as tarefas do planejamento da cidade para a emergência climática são abstrações e não são confrontadas quando da ocorrência dos eventos extremos.

5. Considerações finais

Em 2019, a declaração de emergência climática representou um apelo da comunidade científica para a ação climática urgente pelas autoridades, nacionais e locais, visto que o aquecimento global não foi contido e os cenários das mudanças climáticas são cada vez mais graves. Neste contexto, nosso objetivo foi compreender a circulação de informações sobre a construção de resiliência em Porto Alegre através do poder público e da cobertura do jornalismo local.

A busca das palavras-chave retornou uma maior preocupação com o bloco de textos que tratam do problema das enchentes, alagamentos e cheias. Em relação

aos temas da resiliência e da mudança climática, tivemos um número bem abaixo da expectativa, principalmente levando-se em conta os eventos extremos aos quais a cidade de Porto Alegre foi exposta no período (2015-2020). Com uma metodologia de AC e ênfase qualitativa, descrevemos e interpretamos quatro categorias que tratam das abordagens sobre as notícias publicadas pelos jornais *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio* e *Extra Classe*: Fatalidade; Desarticulação; Imediatidade; e Disjunção.

Em conclusão, podemos afirmar que as categorias anteriormente mencionadas mostram que as informações sobre a construção da resiliência de Porto Alegre possuem um descompasso de duas ordens: de um distanciamento do poder público de seu compromisso com a resolução de problemas citadinos, e de uma limitação da prática jornalística ao noticiar acontecimentos, fechada em dados oficiais, impossibilitando questionar a atuação da prefeitura e de suas responsabilidades.

Com o funcionamento das quatro principais categorias que instituímos na pesquisa, indicamos a vigência de um efeito de Desfocagem na circulação das informações, uma vez que impedem a apresentação de forma clara dos papéis da cidadania (e dos cidadãos) e do poder público (prefeitura de Porto Alegre). Desta forma, há uma espécie de pacto pela isenção. A isenção do poder público, que não é cobrado, e a isenção do jornalismo, que não faz os questionamentos necessários. Com isso, as mudanças climáticas e as ações de mitigação e principalmente de adaptação não estão na ordem do dia em Porto Alegre. Tanto que mudança climática e resiliência foram localizadas na categoria Disjunção, pois não são trazidas para debater o presente, tampouco para entender a complexidade global e os desafios para o futuro da cidade.

Referências

- Bones, E. (2020, julho, 6). As máquinas estão parando: crise dos jornais impressos atinge em cheio o Interior. *Jornal Já*. Recuperado de <http://www.jornalja.com.br/geral/as-maquinas-estao-parando-crise-dos-jornais-impressos-atinge-em-cheio-o-interior/>
- Cardoso, F. M. (2013). *Mídia e mudanças climáticas no Brasil: entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável*. (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAFI-9F5N7T>
- Carvalho, A., & Burgess, J. (2005). Cultural circuits of climate change in UK broadsheet newspapers, 1985–2003. *Risk Analysis: An International Journal*, 25(6), 1457-1469.
- Del Vecchio de Lima, M., Fort, M. C., Ávila, O. C., Gern, A., & Fiebig, M. F. (2017). Ênfases jornalísticas na cobertura da COP 21 (Paris, 2015) nas versões norte-americana, brasileira e francesa do site The Huffington Post. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 77-99.
- Ekström, M., Johansson, B., & Larsson, L. (2010). Journalism and local politics. En S. Allan (Ed.), *The Routledge Companion To News And Journalism* (pp. 256-266). Abigdon: Routledge.
- Girardi, I. M. T., & Steigleder, D. G. (2019). Mudanças climáticas, risco e cidade: meios de comunicação brasileiros entre o silêncio e a cobertura catastrófica. *CECS-Publicações/*

- eBooks*, 135-148.
- Lakoff, G. (2010). Why it matters how we frame the environment. *Environmental communication*, 4(1), 70-81.
- Loose, E. B. (2017). Cobertura das mudanças climáticas: percepções de fontes de informação e jornalistas. *Comunicação & Inovação*, 18(38), 1-15.
- Machado Filho, H. (2007). A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Kyoto. In: Klink, C. Quanto mais quente melhor. *Desafiando a sociedade civil a entender as mudanças climáticas*. São Paulo: Peirópolis.
- Mckibben, B. (1990). *O fim da natureza*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Martirani, L. A., & Peres, I. K. (2016). Crise hídrica em São Paulo: cobertura jornalística, percepção pública e o direito à informação. *Ambiente & Sociedade*, 19(1), 1-20.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação, Porto Alegre*, 22(37), 7-32.
- Moraes, C. H., & Girardi, I. M. T. (2011). As Cheias de 2010 na Revista Veja: a Narração Jornalística Diante do “Inesperado”. *Ação Midiática–Estudos em Comunicação. Sociedade e Cultura*, 1(2).
- Moraes, C. H. (2015). *Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital*. (Tese de Doutorado). Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/114650>
- Organização das Nações Unidas ONU (2019). ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>
- Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática IPCC (2007). *Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas*. Ecolatina: 2007. Recuperado de <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>
- Painel Intergovernamental Sobre Mudança Climática IPCC (2013). *Alterações climáticas 2013: a base científica*. Recuperado de https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg1_spmportuguese.pdf
- Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas PBMC (2016). *Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas [Ribeiro, SK, Santos, AS (Eds.)]*. PBMC, COPPE-UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil.
- Park, R. (2008). Notícia e poder da imprensa. *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*, 2, 71-82.
- Peruzzo, C. N. K. (2005). Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*, 26(43), 67-84.
- PMPA. (2020a). *Lei Complementar nº 872, de 10 de janeiro de 2020*. Institui a Política de Sustentabilidade, Enfrentamento das Mudanças Climáticas e Uso Racional da Energia, cria o Programa de Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências. Recuperado de <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2020/88/872/lei-complementar-n-872-2020-institui-a-politica-de-sustentabilidade-enfrentamento-das-mudancas-climaticas-e-uso-razional-da-energia-cria-o-programa-de-premiacao-e-certificacao-em-sustentabilidade-ambiental-de-porto-alegre-e-da-outras-providencias>
- PMPA. (2020b). *Dados gerais 2020*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmae/usu_doc/dados_gerais_2020_retificado.pdf
- PMPA. (2014). *Primeiro Inventário de emissões de gases de efeito estufa para a cidade de Porto Alegre*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/iinventariogeepoa.pdf

- PMPA. (2015a). *Inventário de Emissões dos Gases de Efeito Estufa - GEE da Mobilidade Urbana na Região Central de Porto Alegre*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smam/usu_doc/relatoriofinalinventariodegeed_mobilidadeurbanapoa.pdf
- PMPA. (2015b, novembro, 29). *Mobilização pelo clima no Parque da Redenção*. Recuperado de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_noticia=182876&MOBILIZACAO+PELO+CLIMA+NO+PARQUE+DA+REDENCAO
- PMPA. (2018, setembro, 26). *Porto Alegre se prepara para receber chuvas acima da média*. Recuperado de <https://prefeitura.poa.br/smsg/noticias/porto-alegre-se-prepara-para-receber-chuvas-acima-da-media>
- PMPA. (2019). *Relatório de Atividades – Obras e Serviços*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ra_2019_final.pdf
- PMPA. (2018b). *Relatório de Atividades 2018*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ra_2018_site.pdf
- PMPA. (2017). *Relatório de Atividades 2017*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ra_2017_versao_atualizada_0711-compressed.pdf
- PMPA. (2016). *Relatório de Atividades 2016*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/relatorio_de_atividades_2016_final.pdf
- PMPA. (2015c). *Relatório de Atividades 2015 – Obras e Serviços*. Recuperado de http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ra_2015.pdf
- PNAD (2015). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD*. Rio de Janeiro: IBGE.
- PROJOR. (2020). *Atlas da Notícia*. Recuperado de <https://www.atlas.jor.br/>
- Ripple, W., Wolf, C., Newsome, T., Barnard, P., Moomaw, W., & Grandcolas, P. (2019). World scientists' warning of a climate emergency. *BioScience*.
- Rodrigues, A. S., & Costa, G. S. (2015). Precisão e independência nas coberturas jornalísticas de eventos climáticos extremos na Amazônia. *Brazilian Journalism Research*, 11(2), 72-99.
- Schäfer, M. E.; Schlichting, I. (2014). Media Representations of Climate Change: A Meta-Analysis of the Research Field. *Environmental Communication A Journal of Nature and Culture*. 8, 142-160.
- WRI Brasil. (2015, outubro, 8). *Porto Alegre Resiliente: capital gaúcha recebe Oficina de Avaliação de Indicadores de Resiliência Individual*. Recuperado de <https://wricidades.org/noticia/porto-alegre-resiliente-capital-ga%C3%B7a-recebe-oficina-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-de-indicadores-de>